

HT-182



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MULHER, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÕES SOCIAIS EM
MAPUTO**

1996 - 2002

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane”

Paula Lídia Júlio Muianga Macave

073

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TEMA:

MULHER, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÕES SOCIAIS EM
MAPUTO

1996 - 2002

O Supervisor:

Prf. Dra Benigna Zimba

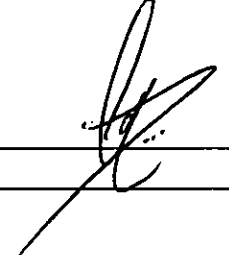
O JURI

O Presidente:

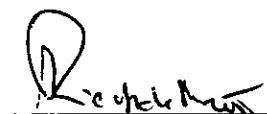
O Supervisor

O Oponente

Data







08/10/05

U.E.M. - F.L.C.S.
R. E. 30.575
DATA. 06. Dezembro 2005
AQUISIÇÃO. alexia
COTA. HT. 188

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação, nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes escritas usadas para a sua elaboração.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda mulher Moçambicana que em algum momento de sua vida, foi vítima de violência e a todas mulheres que neste momento já não estão perto de nós por causa deste mal que enferma a nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos, vão para os meus pais Paulino Muianga e Esperança Bebane, que deram todo o seu apoio incondicional para a minha formação. Um especial Khanimanbo para o meu marido Eugénio Macave e meus filhos Lezli, Eugénio J.º, Archer e meu sobrinho Dioniso, que ao longo destes anos por várias vezes ficaram privados do meu amor, carinho e atenção, e que sempre estiveram do meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida estudantil. É com grande prazer e orgulho que agradeço a minha família no geral, as minhas irmãs em particular e especialmente a minha irmã Elisa Muianga que sempre me deu força e inspiração.

A minha gratidão estende-se a todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para a minha formação, os meus colegas de curso, de trabalho tanto no grupo Todos contra a Violência como no Departamento de Monitoria Avaliação e Pesquisa da PSI.

No âmbito académico a minha gratidão, é dirigida aos meus professores que me transmitiram conhecimento ao longo destes anos, colegas de curso funcionários da Universidade Eduardo Mondlane, principalmente aos funcionários da biblioteca do CEA - UEM.

Especiais agradecimentos vão para a Prof. Dr. Benigna Zimba, que pacientemente acompanhou esta fase da minha formação, que culminou com a apresentação da presente dissertação.

LISTA DAS ABREVIATURAS

ACTIVA – Associação Moçambicana da Mulher executiva e empresária

ADOCA – Associação das donas de casa

AMMCJ – Associação Moçambicana da Mulher de Carreira Jurídica

AMME – Associação Moçambicana da Mulher e Educação

AMODEFA - Associação Moa para o desenvolvimento da Família

AMRU – Associação Moçambicana da Mulher Rural

ARPAC - Arquivo de Património Cultural

CEA – Centro de Estudos Africanos

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

HCM – Hospital Cartel de Maputo

KULAYA – Centro de Atendimento do Hospital Central de Maputo

MICAS – Ministério da Mulher, Coordenação e Acção Social

MULEIDE – Associação Mulher Lei e Desenvolvimento

NU – Nações Unidas

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

SDC – Agência Suíça para o Desenvolvimento

TCV – Todos Contra Violência

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WLSA – Women Low in South Africa

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema sobre Mulher, "Violência Doméstica" e "Relações Sociais" em Maputo, entre 1996 e 2002.

As "Relações de Género", "As relações Sociais", e de "Poder", é que determinam a posição da mulher numa sociedade e constituem barreira para o seu desenvolvimento. A "Família" constitui o epicentro dos problemas que envolvem a mulher. O tipo de educação a que as mulheres são sujeitas, faz com que elas considerem o espaço doméstico como seu lugar ideal, o que cria condições para que ela dificilmente ultrapasse os problemas que a envolvem. O fenómeno da "Violência Doméstica" tem mostrado ser bastante polémico na sua abordagem dado o facto de observar-se no âmbito privado e ter o suporte no modelo patriarcal que continua a dominar todas as sociedades do mundo.

O Fórum Mulher é o ponto de encontro das organizações e instituições que lutam pela promoção dos direitos da mulher. O surgimento do grupo TCV, veio criar uma nova dinâmica no apoio e desenvolvimento da família moçambicana. As pessoas começaram a perceber que a questão da violência não é um assunto particular e nem isolado, mas sim algo que afecta todos membros da sociedade sem distinção de raça, religião e nível social.

A participação do grupo TCV na elaboração do Anteprojecto de Lei de Família, que culminou com a alteração da Lei, adequando-a a realidade moçambicana. Destaque ainda para a participação do grupo TCV na elaboração do Anteprojecto de Lei sobre os actos de "Violência Doméstica", para que estes actos sejam considerados crimes públicos e puníveis nos termos da Lei.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	2
1. 1. Objecto de Estudo	3
1. 2. Objectivos e Motivação	3
1.3. Problematização e Hipóteses	4
1.4. Metodologia	5
1.5. Conceptualização	6
i) Violência Doméstica	6
ii) Relações de Género	8
iii) O Patriarcado	10
iv) Relações Sociais	11
CAPÍTULO II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
CAPÍTULO III – MULHER E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MAPUTO	28
3.1. A situação da mulher	28
3.2. Discriminação e Violência Doméstica Contra a Mulher	31
3.3 O surgimento de organizações femininas como resposta à desigualdade de género	33
3.4. Importância do Fórum Mulher como espaço de reflexão sobre os problemas da mulher	35
CAPÍTULO IV - O GRUPO TODOS CONTRA A VIOLÊNCIA.....	37
4.1. Contextualização.....	37
4.2. Actividades Desenvolvidas.....	39
4.3. Formas de mediação de conflitos.....	41
4.4. Impacto do surgimento do TCV	43
CONCLUSÕES.....	45
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	49

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a temática sobre a Mulher, “Violência Doméstica” e “Relações Sociais” em Maputo. A “Violência Doméstica” encontra justificativa em normas sociais que se baseiam, nas “Relações de Género”, ou em regras que reforçam uma valorização diferenciada para os papéis, masculino e feminino¹. Entende-se por “Violência Doméstica”, todo o acto de violência que tem como base o género, e que tem como resultado possível o dano físico, sexual ou psicológico que ocorre no meio doméstico². O termo violência apresenta-se de diferentes formas, isto é, a expressão é usada para descrever desde as formas mais cruéis de tortura até as formas mais subtis da violência que têm acontecido no quotidiano da vida social, na “Família”, nas empresas ou em instituições públicas.

A escolha destas balizas cronológicas, cinge-se no facto de ter sido neste período que a luta pela promoção dos direitos da mulher tornou-se mais notório. Em Moçambique, o assunto ligado à “Violência Doméstica” está a merecer atenção especial nas últimas duas décadas depois da realização da Conferência Mundial da Mulher em Beijing, não porque antes este mal fosse menor, mas porque durante muito tempo ao nível da sociedade este assunto não era visível, até que várias entidades do governo bem como da sociedade civil começaram a se preocupar mais com os assuntos ligados aos direitos da mulher.

¹ Todos Contra a violência. “Retrospectiva 1996-2001”, (Maputo: TCV, 2001), pp. 3 -11.

² PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, (Joanesburg: PNUD, SARDC, 2001), p. 46.

1. 1. Objecto de Estudo

Constitui objecto de estudo deste trabalho, a análise das causas sociais que intervêm na “Violência Doméstica” contra a mulher, isto é “Relações de Género” e “Relações Sociais” no contexto familiar, baseadas na discriminação da mulher.

1. 2. Objectivos e Motivação

O presente estudo tem como objectivos gerais, fazer uma análise sobre a Mulher, “Violência Doméstica” e “Relações Sociais” na cidade de Maputo, no período compreendido entre 1996 e 2002. Tem os seguintes objectivos específicos: (i) Com base nas diferentes teorias analisar a relação existente entre as “Relações de Género” e a “Violência Doméstica” contra a mulher e sua conseqüente discriminação; (ii) Analisar a “Violência Doméstica” e “Relações Sociais” em Moçambique e factores que interferem no mesmo fenómeno; (iii) Analisar o surgimento de organizações femininas como resposta à desigualdade de género em Moçambique; (iv) Analisar a importância do Fórum Mulher como espaço de reflexão conjunta sobre os problemas da mulher; (v) Analisar o surgimento e impacto das acções desenvolvidas pelo grupo Todos Contra a Violência (TCV) para a Mulher em Maputo.

O principal motivo que influenciou a escolha do tema em estudo, foi o facto de a mulher em Moçambique maioritariamente se encontrar numa posição subordinada em relação ao homem, e, pouco ou nada saber acerca dos seus direitos. Esta situação é

causada pelo tipo de educação a que sempre foi submetida durante a sua socialização³. Outro factor que nos influenciou na escolha do tema, é o facto de termos estado envolvidos com esta problemática na Associação Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), onde para além de se debaterem temas ligados á “Violência Doméstica”, existe um gabinete de assistência jurídica e aconselhamento psicológico às vítimas deste mal.

1.3. Problematização e Hipóteses

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência afecta maioritariamente as mulheres em toda a parte do mundo, anualmente mais de 1.6 milhões de pessoas em todo o mundo perdem a vida, vítimas de violência. A “Violência Doméstica” e contra a mulher, tem constituído a nível mundial, uma das maiores causas de morte em pessoas com idades compreendidas entre os 15 e 44 anos de idade, das quais metade das mulheres são mortas pelos maridos, namorados actuais ou parceiro anterior⁴. As mulheres representam mais de 50% da população mundial e constituem a pedra basilar da vida nas sociedades, dedicam-se ao desenvolvimento da “Família” e da comunidade, pois são elas que cuidam das crianças, dos doentes, anciãos e mesmo dos adultos. Dados da organização mundial da Saúde indicam que as mulheres trabalham mais de 15 horas por dia⁵.

³ Conceição Osório, Ximena Andrade, Eulália Temba, André Cristiano e Benvinda Levi. *Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, (Maputo: Women and Low in Southern África - Moçambique, 2001), p.35.

⁴ World Health Organization: Violence, NET, http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/en/, 21.03.2005, pp. 1-2.

⁵ World Health Organization: Violence, NET. pp. 1-2.

Em Moçambique, de 1991 a 1999, foram reportados 3,8% casos de “Violência Doméstica” contra a mulher. O perfil das mulheres atendidas nos gabinetes de atendimento às vítimas de violência, mostra que cerca de 70 % são solteiras e de baixa escolaridade, domésticas ou vendedoras do mercado informal⁶.

A abordagem deste tema baseia-se na seguinte problemática: (i) Na sociedade Moçambicana, principalmente na região Sul, que aspectos sócio culturais e económicos constituem barreira para a promoção dos direitos da mulher e influenciam fortemente na “Violência Doméstica”; (ii) De que maneira o surgimento das organizações femininas criou bases para que a mulher moçambicana começasse a se envolver mais activamente na luta pela promoção dos seus direitos; (iii) Até que ponto o surgimento do grupo Todos Contra a Violência (TCV) veio criar uma nova dinâmica na promoção dos direitos da mulher em Moçambique, e criou condições para que a problemática da violência contra a mulher passasse a fazer parte das preocupações de todos os membros da sociedade moçambicana.

1.4. Metodologia

A base para realizar o presente estudo é a revisão bibliográfica, através de consultas a diferentes obras recomendáveis para o tema, livros, artigos de jornais, revistas científicas, relatórios de actividades, documentos apresentados em seminários e consultas na Internet. Para melhor compreender o tema em estudo, escolhemos perguntas de partida que norteiam a presente discussão bibliográfica, através da abordagem das

⁶ PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*, pp. 33-68.

CURRÍCULUM VITAE

NOME: Paula Lúcia Júlio Muianga Macave

DATA DE NASCIMENTO: 05 de Maio de 1968

FILIAÇÃO: Paulino Muianga e Esperança Bebana

ESTADO CIVÍL: Casada

RESIDÊNCIA: Bairro do Fomento Sial

CONTACTO: 082 - 8697860

Perfil Académico

1998 Concluiu o 5º ano do curso de História na Universidade Eduardo Mondlane.

1990 Concluiu o ensino médio na Escola Secundária Francisco Manyanga.

Formação e Experiência Profissional

- 1) Julho de 2002, começa a trabalhar na PSI – Population Services International, no departamento de Monitoria Avaliação e Pesquisa – MAP, onde obteve a seguinte experiência:
 - Coordenação e supervisão de estudos qualitativos, quantitativos e recolha de dados no campo.
 - Na área de pesquisa Qualitativa: Elaboração de protocolos de estudo, orçamento para as pesquisas, estudos de base, pesquisa de marca, sondagens de preço, pré e pós testagem de materiais, elaboração de relatórios de pesquisa, elaboração de guiões de tópicos para discussões em grupo e guião de entrevistas individuais profundas, organização e moderação de grupos focais.
 - Na área de pesquisa Quantitativa: Elaboração de protocolos de estudo, elaboração de orçamentos para pesquisa, elaboração de questionários quantitativos, realização de Estudos CAP, PCP.

2) Setembro de 1998 a Junho de 2002, trabalhou na MULEIDE- Associação Mulher Lei e Desenvolvimento, como coordenadora do projecto “ Todos Contra a Violência- TCV”, obteve a seguinte experiência:

- Trabalhar com advogados e psicólogos que davam assistência Jurídica e aconselhamento psicológico as mulheres vítimas de violência nas diferentes abordagens;
- Trabalhar com activistas de base que faziam a divulgação dos direitos da mulher e conselheiras a nível da base;
- Organizar e facilitar diversos cursos de formação ligados a área, tais como abuso sexual de menores, género, educação aos pares, prevenção do HIV/SIDA, Saúde para a mulher e família e violência sexual e familiar;
- Participação em diversas pesquisas sobre a violência doméstica, prostituição infantil, HIV/SIDA, Direitos Humanos da Mulher e da criança, revisão da legislação (Lei da família e código penal, Lei para a proteção do trabalhador seropositivo)
- Organizar campanhas de educação legal e Saúde ligados a prevenção da violência;
- Elabora projectos, relatórios, fazer trabalhos de monitoria e avaliação de actividades;
- Participação em vários projectos da organização fazendo a divulgação da lei de terras, participação nos processos eleitorais como observadora nas diferentes fases;
- Participação em trabalhos de investigação, elaboração de projectos, planos de actividades, panfletos, brochuras, relatórios, monitoria, avaliação e acompanhamento de todas as actividades do projecto ligados a contabilidade, administração e gestão do projecto.

3) 1997 a 1998 Trabalhou no STAE – Secretariado de Administração Eleitoral, no departamento Jurídico como técnica de recepção e análise de candidaturas para as eleições autárquicas.

4) 1994 a 1997, Trabalhou no CEA – Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, como investigadora auxiliar, no projecto “ O desenvolvimento das ONG’s Nacionais”, onde desempenhava trabalhos de secretariado, administração e finanças, tendo também participado em alguns trabalhos de investigação tais como:

- Recolha e análise e compilação de dados sobre o surgimento das ONGs Moçambicanas;
- A importância das organizações femininas em Moçambique;
- Violência contra a rapariga;
- A problemática do SIDA nas culturas Africanas;
- Participação na elaboração do directório das ONG’s Nacionais;
- Participação na elaboração de brochuras e panfletos

Participação em Seminários, Formações e outros Eventos

2003

Julho, formação sobre “Pesquisa em Marketing Social”, organizada pela PSI.

2002

Abril, participação na 1ª fase do seminário sobre o tema “ Prevenção a Violência”, organizado pelo ministério da mulher em coordenação com a O.M.S.

2001

Fevereiro, participação no “ Fórum Social Mundial” realizado no Brasil.

Abril, Participação no curso sobre “ Género e HIV/SIDA” realizado na Tanzania.

1999

Março, participação no curso sobre “ Gestão em Direitos Humanos” organizado pela Kulima.

Agosto, participação no curso sobre “ Género e violência” organizado pelo Fórum Mulher.

Setembro, participação no curso sobre “ Elaboração de pequenos projectos de desenvolvimento” organizada pela Kulima.

Outubro, participação no curso de “Formadores de observadores” organizado pela FECIV – Fórum de Educação Cívica.

Outubro, participação no curso sobre “Monitoria e Avaliação de projectos” organizado pela kulima

Novembro, participação no curso sobre “ Técnicas de angariação de fundos”

1998

Novembro, Participação no curso sobre “Advocacia e Lobby”.

1997

Novembro, participação no curso de “ Contabilidade pública” na Escola Comercial de Maputo.

Línguas

Escreve e fala fluentemente Português.

Escreve e fala razoavelmente Inglês

Fala bem Tsonga e Xangana

Referências

dr^a. Ana Piedade Monteiro Tlf nº 0824473620

Sr^a Celeste Nobela Bango Tlf nº 0822805310

dr^a.Fátima Mussá Tlf nº 0828468770

diferentes teorias relacionadas com o tema em análise. Porque o estudo é realizado em Maputo, ao longo do presente estudo, em alguns casos, tomaremos exemplos da região Sul de Moçambique, pelo facto de maior parte da população desta região ter cultura semelhante e ser basicamente de linhagem patrilinear.

Como ponto de partida para melhor análise e compreensão do presente tema, achamos necessário definir alguns conceitos que consideramos importantes e que orientam a presente discussão: (i) “Violência Doméstica”; (ii) “Relações de Género”; (iii) “Patriarcado”; (iv) “Relações Sociais”. Para o efeito, o material a consultar encontra-se nas diferentes bibliotecas da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), diferentes instituições do Estado e em Organizações Não Governamentais nacionais e estrangeiras.

1.5. Conceptualização

i) Violência Doméstica

A “Violência Doméstica” é todo acto baseado no género, que tem como resultado passível ou real um dano físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade que ocorre na vida privada. Ela manifesta-se de diferentes maneiras: 1) Física- Este tipo de violência observa-se através da agressão física, com o uso de objectos contundentes por forma a provocar graves ferimentos no organismo da pessoa agredida; 2) Moral ou psicológica, consiste no desrespeito pelo próximo através da humilhação, onde as manifestações mais frequentes são a recusa por parte do homem para que a mulher se exprima livremente, abuso de autoridade e confiança, ficando a mulher moralmente rebaixada e com a personalidade destruída;

3) Violação sexual, consiste no comportamento degradante baseado em sexo ou comportamento sexual através do uso da força, ameaça ou coerção; 4) Económica, consiste na privação de alguns direitos económicos a mulher o que a coloca numa situação de grande dependência em relação aos mais poderosos, neste caso ao marido⁷.

Para melhor compreender a "Violência Doméstica" deve-se considerar as condições sociais que geram a violência, neste caso, os aspectos sociais, políticos, económicos e não apenas a episódios extremos, como a violência física explícita⁸. A violência pode ser vista sob dois ângulos: (i) "Estrutural", que se manifesta através das estruturas e instituições como o Estado, "Família", sistemas económicos, culturais ou políticos. Este tipo de violência conduz à opressão de indivíduos, grupos, classes e nações, aos quais são lhes negadas conquistas e direitos, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. As estruturas influenciam directamente na socialização, levando os indivíduos a aceitar ou infligir a violência, segundo o seu papel na sociedade de forma naturalizada⁹; (ii) "Conjuntural", manifesta-se como forma de resposta dos grupos, das nações e indivíduos oprimidos pela "Violência Estrutural", não é naturalizada e não se reproduz. Temos como exemplos da "Violência Conjuntural" as guerras, as transformações sociais e o aumento dos níveis de criminalidade¹⁰.

A "Violência Doméstica" enquadra-se no grande grupo que é a "Violência Estrutural", cuja característica fundamental é não estar direccionada a um grupo

⁷ PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*, p.46.

⁸ Osório et al. *Poder e Violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, pp. 17-40.

⁹ Osório et al. *Poder e Violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, pp. 17-24.

¹⁰ Weisten M. Soledad. *La mujer ausente: Derechos humanos en el mund*, (Santiago: ediciones de las Mujeres nº 15, 1991), pp.109-116.

específico, mas sim inserida em todas as classes sociais e faixas etárias¹¹. Ela é complexa e dinâmica, cujo espaço de acção e desenvolvimento é a vida em sociedade. Considera-se dinâmica porque está em constante mutação. Esta violência age e se desenvolve na sociedade, pois não há violência sem vida social, os valores são comungados pela sociedade e pela "Família"¹². Jane Guyer (1987), no artigo "Women and the State in Africa: Marriage Law, Inheritance, and Resttment", afirma que "Família" nunca foi considerada uma unidade natural, mas sim um grupo constituído de acordo com os conceitos, direitos, obrigações, áreas livres de casamento, parentesco, residência, trabalho e pressão para ganhar a vida¹³.

ii) Relações de Género

Género é uma categoria social imposta sobre um grupo sexuado, é uma maneira de indicar as construções culturais, a criação inteiramente social das ideias sobre papéis próprios aos masculino e feminino. É uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjectivas dos homens e mulheres¹⁴.

Para Joan Scott (1989), as "Relações de Género" definem-se como sendo um conjunto de referências que estruturam a percepção e organização simbólica da vida

¹¹ Soledad. "La mujer ausente", p. 109.

¹² Soledad. "La mujer ausente", p. 109-116.

¹³ Jane Guyer. "Women and the State in Africa: Marriage Law, Inheritance, and Resttment", (Boston: MA, African Studies Center, Boston University, 1987), citada por Benigna Zimba. "Overseas Trade, Regional Politics, and Gender Roles: Southern Mozambique, CA. 1720 to CA. 1830", (Michigan: PHD Dissertation, 1999), p. 12. Sobre o assunto "Família" em África veja também por exemplo: Jeanne M. Penvenne. *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877 - 1962*, (Portsmouth, NH: Heinemann, 1995), p. 22. Henri Junod. *The Life of a South African Tribe: Social Life*, Vol. I, (London: Macmillan and Co. Limited, 1927), p. 219. Karen Tranberg Hansen. "Introduction" in *A Encounters with Domesticity*, (New Brunswick: Rutgers University Press, 1992), p. 15. Para o contexto de Moçambique veja também: Glória Limberman. *Mulheres camponesas em Moçambique* (Moçambique: DNDR- UNICEF, 1988), p. 27. Ximena Andrade et al. *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*, (Maputo: Women and Law in Southern Africa WLSAMOÇ, Junho 2001), p. 61. Benigna Zimba. "Overseas Trade, Regional Politics, and Gender Roles: Southern Mozambique, CA. 1720 to CA. 1830", pp. 63 - 74.

¹⁴ Joan Scott. "Género: Uma categoria útil para análise histórica", (New York: Columbia University Press, 1989), p 1-27.

social, estas referências fazem um controle do acesso aos recursos de maneira diferenciada. Elas dizem respeito à construção cultural e simbólica das relações entre homens e mulheres, não existindo atribuições naturais para homens e mulheres que sejam fundadas biologicamente, mas sim atribuições sociais ou seja tarefas e valores considerados pertinentes em cada sociedade¹⁵. Benigna Zimba (2003) no livro *Mulheres Invisíveis: o Género e as Políticas Comerciais no Sul de Moçambique, 1720-1830*, mostra como as ligações matrimoniais e a divisão sexual do trabalho influenciam nas “Relações de Género”. Segundo esta autora as mulheres é que realizam a maior parte do trabalho agrícola no Sul do país. Por via do casamento, que passa pelo *lobolo*, uma prática comum no Sul de Moçambique e que consiste num dote em bens variados, tais como bois, enxadas e outros bens, que o marido oferece à família da mulher, são criados mecanismos que colocam a mulher em situação de subordinação em relação ao homem¹⁶. Por outro lado Zimba (2003), mostra como os casamentos poligâmicos, constituídos como forma de controle e apoio às mulheres no trabalho agrícola, influenciam nas “Relações de Género”, apesar de surgirem como meio de diminuir o sofrimento e sobrecarga da mulher no trabalho agrícola¹⁷. As “Relações de Género” também podem ser consideradas relações de “Poder” que se exprimem através de mecanismos de ordem material e simbólica¹⁸. Para melhor compreendermos esta sessão importa clarificar o conceito de “Poder”, que segundo o conceito Weberiano, pode significar a probabilidade

¹⁵ Scott. “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, pp. 1-27.

¹⁶ Benigna Zimba. *Mulheres Invisíveis: O Género e as Políticas comerciais no Sul de Moçambique, 1720 - 1830*, (Maputo: Promedia, 2003), pp.45 - 58.

¹⁷ Benigna Zimba. *Mulheres invisíveis: O Género e as políticas comerciais no Sul de Moçambique, 1720 - 1830*, (Maputo: Promedia, 2003), pp.51.

¹⁸ Osorio et al. *Poder e Violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*. p. 18.

de impor a própria vontade no interior de uma “Relação Social” mesmo contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade¹⁹. As “Relações de Género”, são um fundamento da reprodução social, porque são o lugar dos processos primários de socialização elaborados por um quadro institucional chamado “Família”, e é na “Família” onde se reproduz o modo de construção social do género²⁰.

iii) O Patriarcado

O “Patriarcado” é o sistema masculino de opressão às mulheres²¹. Para melhor compreender a génese da violência de género e a sua manutenção na sociedade é necessário relacionar esta questão com o conceito de “Patriarcado”²².

“Patriarcado”, refere-se à organização social onde na “Família” o pai ou herdeiro masculino de sua escolha exerce o domínio sobre a “Família” e este domínio é absoluto²³. A categoria género é associada aos limites das correntes teóricas do “Patriarcado”, explica a subordinação da mulher e a dominação dos homens, o género como elemento constitutivo das “Relações sociais” baseadas nas diferenças entre os sexos. Neste contexto o “Patriarcado” é introduzido para diferenciar as forças que mantêm a opressão e discriminação da mulher. As relações do “Patriarcado” cristalizam

¹⁹ Ana Loforte. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*, (Maputo: Promédia, 2000), p. 30.

²⁰ Imaginário de género e violência em porto velho. In <http://www.unir.br/~primeira/artigo128.html>. 29.03.2005. pp.1-5.

²¹ Heleith Saffioti. *Do Artesanal ao Industrial: A exploração da Mulher*, (São Paulo: Hucitec, 1981), pp. 13 – 30.

²² Lia Zanotta Machado. “Perspectivas em confronto: Relações de género ou patriarcado contemporâneo?”, (Brasília: Série Antropológica, 2000), pp. 2-17.

²³ Fundação de assistência ao estudante- MEC. *Dicionário de Ciências Sociais*, (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986), p. 873.

a dominação masculina e obscurecem por isso a detenção de outras associações dos sistemas de género²⁴.

iv) Relações Sociais

As “Relações Sociais” são reguladas pelos hábitos e tradições, pelos usos e costumes e pela experiência milenária de vida e de trabalho em comum²⁵. Ao longo dos anos, vários factores influenciaram positiva ou negativamente nas “Relações Sociais” com base nas condições que as pessoas vivem no momento. Zimba (2002), no artigo “Família, Identidade Feminina e Construção da Paz em Moçambique, 1992 – 2002” apresenta um novo modelo de “Relações Sociais”, como resultado da guerra dos 16 anos entre o Governo e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), segundo a autora, como uma das consequências da guerra, muitas “Famílias” emigraram, outras foram destruídas, fazendo com que algumas mulheres se tornassem chefes de “Família” desempenhando papéis importantes que tradicionalmente eram realizados só pelos homens²⁶. Elas se estabelecem no seio da “Família”, são estruturadas a partir de relações de desigualdade e portanto de violência, e por outro lado, pela socialização dos diferentes elementos do grupo familiar²⁷. É no processo de socialização que a pessoa ou indivíduo aprende a adaptar-se ao seu grupo familiar através da aquisição de comportamentos sociais que são aprovados pelo grupo. Como forma de estabelecer laços com finalidades múltiplas, desenvolvem-se as “Relações Sociais” entre os indivíduos de forma a explicar

²⁴ Loforte. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*. p. 36.

²⁵ Loforte. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*. pp. 63-109.

²⁶ Benigna Zimba. “Família, Identidade Feminina e Construção da paz em Moçambique, 1992 – 2002”, In Brasão Mazula. *Moçambique, 10 Anos de Paz*, (Maputo: CEDE, 2002), pp 35 – 55.

²⁷ Conceição Osório. “Violência contra a jovem e construção da identidade feminina”, (Maputo: Relatório de investigação, Fevereiro de 1997), pp. 1-41.

os seus comportamentos, tornando possível uma discriminação mais rigorosa da natureza das intenções sociais no interior de um dado campo, neste caso designado "Família"²⁸. Neste contexto, sendo a "Família" um corpo social, as relações estabelecidas entre os seus membros são "Relações Sociais" de poder, marcadas pela cooperação e pelo conflito²⁹.

Porque o homem é um ser eminentemente social, ele só pode viver e desenvolver-se em sociedade. É na sociedade, onde, na companhia do seu semelhante realiza as actividades, como a produção de bens para a sua subsistência, e multiplica-se. Para que isso aconteça é precisa que este Homem mantenha relações com o seu semelhante que se designam por "Relações Sociais".

²⁸ Loforte. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*. p. 63.

²⁹ Osório. "Violência contra a jovem e construção da identidade feminina". pp. 2-20.

CAPÍTULO II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A presente revisão bibliográfica orienta-se pelas seguintes questões: (1) Até que ponto as “Relações de Género” influenciam na “Violência Doméstica” contra a mulher? (2) Em que medida o “Patriarcado” influencia na “Violência Doméstica”? (3) Como é que o “Processo de Socialização” da mulher na “Família” e a sua consequente discriminação influenciam na “Violência Doméstica”?

A revisão bibliográfica baseia-se essencialmente, nas teorias defendidas por: Joan Scott, “Género: Uma categoria útil para análise histórica” (1989), “Experience” (1992), Nancy J. Chodorw, “Gender as a Personal and Cultural Construction” (1995), Sonya O. Rose, “Protective Labor legislation in Nineteenth-Century Britain: Gender, Class and the Liberal State” (1995), Dorothy E. Smith, “The Conceptual Practices of Power: A Feminist Sociology of Knowledge” (1990), Giseka Bock, “Women’s History and Gender History: Aspects of an International Debate” (1989), Belinda Bozzoli, *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy, and Migrancy in South Africa* (1991), Heleith Saffiot, *Do Artesanal ao Industrial: A exploração da mulher* (1981) e Colin Creighton, C. K. Omari, *Gender, Family and Work in Tanzania* (2000).

Segundo Joan Scott (1989), no artigo “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, as teorias sobre as “Relações de Género”, o “Patriarcado” e o processo de socialização na “Família”, são factores fundamentais para a compreensão do fenómeno da “Violência Doméstica”, estes aspectos são claramente evidenciados no seu artigo, ao discutir as teorias de género baseadas nas teorias feministas que aliam o género ao carácter social das distinções baseadas no sexo. Para Scott (1989), o mundo das mulheres

faz parte do mundo dos homens, por isso a questão sobre género deve ser vista no âmbito das “Relações de Género” e não género visto separadamente por sexo, por isso estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que um sexo tem muito pouco ou nada a ver com outro sexo, pois género é utilizado para designar as “Relações Sociais” entre os sexos³⁰.

Os principais debates à volta do tema sobre a “Violência Doméstica” estão sempre associados à questão do “Poder Patriarcal” e às “Relações de Género” como defende Scott (1989), ao afirmar que a base do “Patriarcado” reside na dominação masculina como um efeito que o homem tem de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie³¹. Durante o processo de socialização das mulheres, transmitem-lhes valores que fazem com que elas se tornem passivas ao fenómeno da violência, com base nesta teoria, Ximena Andrade e Margareta Espling (1992) no artigo “Género e Direitos Humanos: Seminário Mulher e Democracia”, apontam o “Patriarcado” como um dos principais responsáveis da desigualdade entre o homem e mulher³². Por outro lado Doroty Smith (1990) no artigo “The Conceptual Practices of Power: A Feminist Sociology as Knowledge”, encontra justificação para a discriminação da mulher, nas “Relações de Género” e “Relações Sociais”, defende ainda que se deve aprender a descobrir e explicar como se realizam as “Relações de Género” explorando a organização social das práticas, considerando dois aspectos fundamentais que são o pensamento sociológico e que o mundo já começa a expressar o seu ponto de vista em relação á

³⁰ Scott. “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, pp. 1-17.

³¹ Scott. “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, pp. 1-17.

³² Ximena Andrade e Margareta Espling. “Género e Direitos Humanos : Seminário Mulher e Democracia”, (Maputo: Caderno mulher, 1992), p.3.

mulher pois ela não possui bases para protestar a desigualdade existente e também expressar o seu ponto de vista em relação ao homem³³.

Segundo Nancy Chodorow (1990) no artigo "Gender as a Personal and Cultural Construction", o género é uma construção pessoal e cultural, a análise das "Relações de Género" deve ter em consideração o elemento género³⁴. Faz uma análise crítica das práticas psicológicas que criam formas de conhecimento que são a base do poder nas sociedades. A sua análise baseia-se na actualidade, onde as teorias clássicas tendem a estabelecer formas universais acerca da oposição entre homem e mulher e suas implicações. Scott (1989), apresenta uma teoria diferente à dos feministas que insistem no carácter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. No seu ponto de vista, estudar as mulheres num contexto separado ao dos homens, perpetua o mito de que um sexo tem muito pouco ou nada a ver com outro sexo, pois na sua análise, "Relações Género" é usado para designar as relações sociais entre os sexos, por isso é importante que tanto homens como mulheres sejam analisadas no mesmo contexto³⁵. Por outro lado, Gisela Bock (1989) no artigo "Woman's History and Gender History: Aspects of an International Debate", defende que não se pode separar a história das mulheres da história no geral e nem da história do homem, pois, a mulher faz parte de um grupo sócio cultural e que o homem só se tornou visível pela sua existência sexual, como resultado o

³³ Dorothy Smith. "The Conceptual Practices of Power: A Feminist Sociology as Knowledge", (Boston: North eastern University Press, 1990), pp. 11-27.

³⁴ Nancy J. Chodorow. "Gender as a Personal and Cultural Construction", (Signs: Journal of women in Culture and Society, 3,1985), pp. 516-541.

³⁵ Scott. "Género: Uma categoria útil para análise histórica", pp. 1-17.

assunto relacionado com a mulher e homem transforma-se num tema histórico geral³⁶. Smith (1990), apresenta o mesmo ponto de vista ao tentar descobrir e explicar, no seu artigo acima citado, como se realizam as “Relações de Género” explorando a organização social das práticas. Segundo ela, a única forma de entender a construção social do mundo é conhecendo a sua essência³⁷. Scott (1992), no artigo “*Experience*”, defende que a experiência é fundamental para perceber o relacionamento de género, aborda a experiência prática que é vivida entre o homem e a mulher e que servem de base para o conhecimento dos processos sociais na construção e reprodução das “Relações de Género” na sociedade. Ao longo do seu artigo tenta mostrar que só com base na experiência é que um determinado assunto se torna visível. Segundo Scott, é com base na experiência que a pessoa adquire conhecimentos, e a visão individual da causa torna-se uma base forte para sustentar o assunto que está a abordar.³⁸

Esta teoria pode ser aliada ao surgimento do movimento feminista, para além de que, as discussões em volta dos direitos das mulheres na sua maioria são abordadas por mulheres. Nas últimas décadas, com a afirmação dos movimentos feministas, onde o questionamento do poder masculino sobre o feminino é posto em causa, as mulheres académicas começam a aparecer com obras de investigação onde são abordadas questões de fundo sobre a discriminação da mulher com base nos Direitos Humanos. Estas obras aparecem a questionar e a desafiar o poder dos homens sobre as mulheres. Este ponto de vista é analisado por Scott (1989), ao afirmar que o seu objectivo principal é descobrir a

³⁶ Gisela Bock. “Woman’s History and Gender History: Aspects of an International Debate”, (*Gender & History*, 1, 1989), pp. 7-21.

³⁷ Smith. “The Conceptual Practices of Power”, pp. 11-27.

³⁸ Scott. “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, pp 1-17.

amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual, nas várias sociedades e épocas, seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social³⁹. Neste sentido Karen Offen (1988) no artigo "Defining Feminism: A Comparative Historical Approach", define de três maneiras as feministas: (i) Aponta a "Experiência" como primeiro critério, onde considera a validade das interpretações e "Experiência" das mulheres como parte do ser de uma feminista; (ii) A segunda é que as feministas exibem e confidenciam sobre a injustiça institucionalizada; (iii) A terceira, é de que as feministas advogam a eliminação dessa injustiça⁴⁰.

O livro de Heleith Saffioti, *Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher*, é um exemplo das obras que procuram de forma científica trazer à superfície como a mulher, através do modelo patriarcal, foi e continua a ser explorada desde os tempos da revolução industrial⁴¹. Esta teoria vem secundar a defendida por Scott (1989) ao afirmar que as teorias do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes⁴², e Bock (1989) ao afirmar que as manifestações sobre as diferenças de gênero não são iguais em todas as sociedades e variam segundo o estatuto do sexo feminino, enfatizando que se deve separar as diferenças na questão do gênero e a questão das hierarquias, portanto as relações de poder entre o homem e a mulher⁴³.

³⁹Scott. "Gênero: Uma categoria útil para análise histórica", p 1-17.

⁴⁰ Karen Offen. "Defining Feminism: A Comparative Historical Approach". (Signs: Journal of Women in Culture and Society Vol. 14, nº 1, 1988), pp. 119 – 130.

⁴¹ Heleith Saffioti. *Do Artesanal ao Industrial: A exploração da Mulher*, (São Paulo: Hucitec, 1981), pp. 1 – 19.

⁴² Scott. "Gênero: Uma categoria útil para análise histórica", pp 1-17.

⁴³ Bock. "Women's History and Gender history: Aspects of an International Debate". pp. 7-22.

A discriminação da mulher é descrita por Weinstein Soledad (1991), no livro *La Mujer Ausente: Derechos Humanos en el Mund*, como um dos factores que frequentemente originam a sua subordinação e dominação, onde a violência é assumida como forma de exercício do poder. Afirma ainda que o modelo patriarcal, é a base de dominação do homem sobre a mulher em diferentes esferas da vida, e a “Violência Doméstica” sobretudo contra a mulher deve ser entendida dentro dos contextos sócio culturais⁴⁴. A “Violência Estrutural ou Institucional” que se apresenta nos sistemas políticos, económicos e sociais, segundo Soledad (1991), implicam a violência directa e aberta que se exerce fundamentalmente através da força física. Existe uma estreita relação entre a violência institucionalizada numa sociedade e a presença de um “Modelo Patriarcal” que impõe determinadas relações de hierarquização e dominação⁴⁵. Tomemos como exemplo o artigo de Sonya Rosy (1995) “Protective Labor Legislation in Nineteenth – Century Britain: Gender, Class and the Liberal State”, ao analisar o género nas relações de trabalho numa sociedade capitalista, evidenciando as desigualdades nas relações contratuais, mostra como as instituições influenciam nas “Relações de Género” numa sociedade onde muitas vezes aparecem moldados os papeis dos homens e das mulheres de acordo com os interesses dos legisladores, que na maior parte é constituída por homens. O artigo mostra a discriminação que mulheres, raparigas e crianças sofrem

⁴⁴ Soledad. “La mujer ausente”, pp. 109-116.

⁴⁵ Soledad. “La mujer ausente”, pp. 109-116.

nas fábricas, e conseqüentemente os índices de mortalidade infantil elevados, causados pelas longas horas de trabalho a que as mulheres e crianças estão submetidas⁴⁶.

✶ Glória Liberman (1988), no livro *Mulheres camponesas em Moçambique*, faz uma abordagem sobre a divisão sexual do trabalho na “Família”, enfatizando que as mulheres por tradição são responsáveis pela produção agrícola familiar, processamento de alimentos, lavagem da roupa, procura de lenha e água, cuidados das crianças e limpeza da casa. Por outro lado os homens são responsáveis pela construção e reparação da casa, produção agrícola assalariada e outras actividades não agrícolas mas assalariadas⁴⁷. Esta teoria reforça a defendida por Rosy (1995), ao mostrar como as mulheres e crianças eram contratadas e como o poder masculino na figura do mais velho esteve sempre presente nas formas de contratação para as fábricas e manufacturas no século XIX, em alguns casos mulheres e crianças nas indústria domésticas trabalhavam sob o controle do marido ou do pai⁴⁸.

Colin Creighton e C. K Omari (2000), no livro *Gender, Family and work in Tanzania*, faz uma abordagem sobre a interligação entre as “Relações de Género” e “Família”, mostra como as mulheres são marginalizadas na sociedade Tanzaniana, na sua obra foca um aspecto que é comum ou evidente na maioria das sociedades Africanas, e que se aplica para o caso de Moçambique. Segundo Creighton e Omari (2000), o número de raparigas a frequentar o nível secundário nas escolas é consideravelmente inferior ao número de rapazes. As poucas raparigas que frequentam a escola não seguem cursos

⁴⁶ Sonya Rosy. “Protective Labor Legislation in Nineteenth – Century Britain: Gender, Class and the Liberal State”, (The University Michigan: Unpublished working paper 1995). pp. 1-19.

⁴⁷ Liberman. *Mulheres camponesas em Moçambique*. pp. 26-28.

⁴⁸ Rosy. “Protective Labor Legislation in Nineteenth”. pp. 1-19

técnicos, e sim, cursos ligados ao que acham ser a sua posição na sociedade, como é o caso de enfermagem, professorado e Secretariado⁴⁹.

Na óptica de Saffiot (1981), a base da violência encontra-se na mulher, e nos distintos hábitos da sociedade, na hierarquia estabelecida pelos sexos e nas relações de poder onde a mulher é relegada a uma posição inferior. Para a autora, este factor pode estar intimamente ligado à divisão sexual do trabalho, na altura em que as “Famílias” procuravam ser auto-suficientes e começaram a produzir excedentes e se inserem numa organização social maior. Saffiot (1981), defende ainda que, com a divisão sexual do trabalho se produz um reordenamento do conjunto de relações que aparecem na vida quotidiana das pessoas, produzindo-se uma hierarquização e diferenciação valórica dos sexos segundo a posição que se ocupa na divisão do trabalho. Neste contexto, surgem relações de superioridade e inferioridade que se agregam especialmente no âmbito familiar em relações de dependência⁵⁰. Belinda Bozzoli (1991) no livro *Women of Phokeng*, incide a sua abordagem sobre o período em que na África do Sul a classe dominante tinha o poder político e social, permitindo-lhes assim projectar as estruturas sociais, criar e manipular classes e fronteiras, construir e destruir famílias, a seu ver, sempre houve e há a busca constante de equilíbrio que ela designa de “*moving equilibrium*”, por parte das mulheres que estão numa situação inferiorizada, e que tal se deve ao facto de as mulheres não serem capazes de virar, revolucionar, alterar as formas

⁴⁹ Colin Creighton e C. K. Omari. *Gender, Family and Work in Tanzania*, (England: Ashgate, 2000), pp. 1 - 14.

⁵⁰ Saffioti. *Do Artesanal ao Industrial: A exploração da Mulher*, pp.13 - 16.

pelas quais a dominação é expressa contando com a influência, que podem ser tidas como estratégias na luta pela liberdade⁵¹.

Sewell e Wiliam (1989), no artigo "Gender, History and Descontrution", consideram que a posição de igualdade e as diferenças sexuais devem ser algo de irrelevante na escola, emprego, e que a posição de diferença em relação a mulher deve ser feita em termos de necessidade, interesses e características comuns às mulheres como um grupo⁵². Este ponto de vista defendido por estes autores, ignora a diferença entre os indivíduos, o que pressupõe a prior a discriminação da mulher uma vez que sugere-se que elas sejam vistas como um grupo restrito e com características próprias.

Benigna Zimba (1999), na sua tese de doutoramento, "Overseas Trade, Regional Politics, and Gender Roles: Southern Mozambique", apresenta dois conceitos distintos de "Família" comum: (i) O conceito de residência, o qual joga maior papel na sua tese, como esclarece a autora que os *Tsonga* seguem a linha patrilinear de descendência, partilham a mesma zona residencial ou estão sob o mesmo teto⁵³; (ii) Grupo de pessoas que têm relações de parentesco. É dentro destes grupos familiares que se desenvolvem as "Relações Sociais" e de género.

Margaret Kinsman (1983), no artigo "Beasts of Burder": The Subordination of Southern Tswana Women, ca. 1800 – 1840", argumenta que a socialização na "Família", aparece a jogar um papel importante na educação das raparigas, quanto ao papel que elas

⁵¹ Belinda Bozzoli. *Women of Phokeng: Consciousness, Llife Strategy, and Migrancy in South Africa, 1900-1983*, (London: Heineman, 1991) p.1-15.

⁵² Sewell Jr, William H. "Gender History and Deconstructin", In Joan W. Scott. *Gender and The Politics of history*, (University of Michigan, Workin paper, 1989), pp. 6 – 7.

⁵³ Benigna Zimba. "Overseas Trade, Regional Politics, and Gender Roles: Southern Mozambique, (Michigan: UMI Dissertation Services, 1999), pp. 46 – 55.

deverão desempenhar quando atingirem a fase adulta. Ao longo do seu crescimento elas recebem uma formação gradual e que o conhecimento sobre aspectos necessários para a criação de meios de subsistência, são transmitidos na fase de crescimento⁵⁴. Como meio de transmissão de valores, as raparigas desde idade tenra recebem uma educação direccionada e aprendem a comportar-se e a desempenhar papéis considerados especificamente femininos, tais como cuidar dos afazeres domésticos, cozinhar e ajudar as mães na recolha de produtos para a alimentação na *machamba*. Actualmente causado pelas conjunturas sociais e económicas encontramos “Famílias” chefiadas por mulheres, ou em que as mulheres é que produzem maiores rendimentos para as “Famílias”.

Para Scott (1989) “Famílias”, lares e sexualidade são produtos da mudança dos modos de produção e da divisão sexual do trabalho, pois o patriarcado está sempre a desenvolver-se e a mudar como uma função das relações de produção⁵⁵. Márcia Macedo (2005) no artigo “Perspectivas de género: Relações de género num contexto urbano, um olhar sobre as mulheres”, defende que na família as “Relações de Género”, constituem um poderoso instrumento que ajuda a entender como as mulheres são dominadas e exploradas. Existe uma visão fortemente influenciada pelas ideologias sobre a “Família” que terminam por produzir uma naturalização do agrupamento familiar chamado “Família”. Macedo (2005), apresenta uma organização social familiar baseada na divisão social e sexual de papeis complementares e hierárquicos expressos na sociedade moderna

⁵⁴ Vijfhuizen, C e Waterhouse, R. *Estratégias das mulheres e proveito dos homens: Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*, (Maputo: NE/FAEF, Universidade Eduardo Mondlane, 2001), pp. 2 – 15.

⁵⁵ Scott. “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, pp. 1-17.

na figura de pai que é o chefe de família e seu par a mãe da “Família” e dona de casa, acompanhados da sua prole que são os restantes membros da família⁵⁶.

Patrícia Lengermann e Jill Brantley (1992) no artigo “Contemporary Femenist Theory”, fazem uma análise sobre as teorias contemporâneas feministas, fazem a descrição do percurso de algumas feministas Britânicas e Norte Americanas nos anos 1960. Na sua abordagem, falam das teorias sobre a desigualdade do género defendendo o ponto de vista de que a mulher está sempre presente na maioria das situações sociais, localiza-se em muitas situações da vida quotidiana e tem menos privilégios ou desiguais aos dos homens. A situação da mulher pode ser entendida pelas diferentes relações de poder existentes entre homem e mulher, estando a mulher oprimida, retraída, subordinada, moldada, usada e abusada pelo homem⁵⁷.

De referir que a investigação realizada por Marta Isabel Dominguez (1996), sobre “Género e Violência Doméstica”, constitui uma análise comparativa numa zona rural no Sul de Moçambique e concluiu que na região de Matuba no Chókwe, as manifestações de violência estão estritamente ligadas às características de uma sociedade camponesa patrilinear e as relações hierárquicas de “Poder” e são legitimadas através de aspectos sócio culturais da zona. Dominguez refere ainda que as manifestações de violência identificadas pelos participantes na investigação estão relacionadas principalmente com o controle do marido sobre os recursos da casa e, mais concretamente, com a produção

⁵⁶ Márcia Macedo. “Perspectivas de género: Relações de género num contexto urbano- um olhar sobre as mulheres”, (Debates e questões para as ONG’s, 2005), pp. 1 – 13.

⁵⁷ Patrícia Madoa Lengerman e Jill Niebrugge Brantley. *Contemporary Femenist Theory*, (Contemporary Sociological Theory, 1992), p. 1006.

agrícola e a exclusão da mulher no processo de tomada de decisão na “Família”⁵⁸. Por outro lado Pauline Wynter (1992) no artigo “Propriedades, mulheres pescadoras e a luta pelos direitos da mulher em Moçambique”, mostra como as mulheres pescadoras lutavam pela sua sobrevivência, esclarecendo assim que a desigual distribuição dos esforços quotidianos em torno da reprodução das condições de subsistência nas famílias ainda mantém-se, tornando as mulheres nas únicas e principais responsáveis pelo trabalho doméstico⁵⁹.

Conceição Osório (1997), realizou um estudo, encomendado pela MULEIDE que teve lugar nas cidades de Maputo, Pemba e províncias de Gaza, Tete e Sofala sobre *Violência contra a jovem e construção da identidade Feminina*, cuja conclusão, entre outros aspectos, refere que é na “Família” que se desenham as expectativas e os sonhos que se desenvolvem ou reduzem as ambições e que se representa o futuro⁶⁰. Neste contexto a “Família” constitui o elemento central para a compreensão do exercício da violência contra a jovem, futura mulher, que continuará a sofrer pela sua condição de mulher. Barbara Isaacman e June Stefan (1984), fazem uma abordagem na obra, *A mulher Moçambicana no processo de libertação*, relacionada com os fundamentos constitucionais relativos à emancipação da mulher, as leis em vigor e o projecto de mudança⁶¹. O estudo não se adapta a realidade actual de Moçambique mas permite

⁵⁸ Marta Isabel Dominguez. “Género e violência Doméstica- Análise comparativa numa zona rural do sul de Moçambique”, (Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1996), p. 38.

⁵⁹ Pauline Wynter. “Propriedades, mulheres pescadoras e a luta pelos direitos da mulher em Moçambique”, (Maputo: Estudos Moçambicanos 10, 1992), pp. 7 – 17.

⁶⁰ Osório. “Violência contra a jovem e construção da identidade feminina”. p. 2-20.

⁶¹ Barbara Isaacman e June Stefan. *A mulher Moçambicana no processo de libertação*. (Maputo: INLD, 1984), pp. 10 – 17.

perceber quais eram os seus direitos e como ela era tratada no período pré colonial. Esta análise é feita, não num âmbito das “Relações de Género” mas sim focalizando a mulher no sentido feminino. Isaacman e Stefan (1984), defendem ainda que as mulheres desde o surgimento do mundo sempre tiveram certas atribuições importantes, forneciam a força de trabalho necessária à produção de bens e, através da sua capacidade procriadora geravam novos trabalhadores, novas fontes de riqueza, elas sempre foram transformadas em mercadorias valiosas em todas as sociedades. A mulher sempre teve na sociedade duas tarefas principais, que são a de produtora de alimentos para a família e reprodutora ao gerar filhos e criá-los⁶².

O estudo realizado por, Isabel Casimiro, Ana Loforte e Ana Pessoa (1990) intitulado *Mulher em Moçambique*, constituiu um dos primeiros momentos de reflexão sobre os problemas gerais da mulher na sociedade Moçambicana, o que permitiu que certas concepções tradicionais começassem a romper-se, e tiveram como ponto de partida, a Luta de Libertação Nacional⁶³. No que diz respeito ao período anterior a década de 1980, Moçambique não possuía uma forte tradição de estudos no domínio das Ciências Sociais, especificamente sobre o género e violência, mulher e seus direitos. A Organização da Mulher Moçambicana – OMM, foi a primeira organização de massas que englobou a mulher Moçambicana e está vocacionada para o efeito, e que participou activamente no

⁶² Isaacman e Stefan. “A mulher Moçambicana no processo de libertação”, pp. 10 - 17.

⁶³ Isabel Casimiro. Ana Loforte e Ana Pessoa. *Mulher em Moçambique*, (Maputo: CEA/NORAD, 1990), pp. 104 - 106.

processo de Luta de Libertação Nacional, podendo-se destacar o facto de em 1983 ter realizado um estudo sobre a situação social da mulher em Moçambique⁶⁴.

Nas últimas décadas, em Moçambique, principalmente a partir do período pós independência e com a tomada de consciência sobre os problemas que afectam a mulher cada vez mais crescentes, começam a desenvolver-se pesquisas na área da mulher e género. Destacam-se como promotores destes estudos, o Centro de Estudos Africanos da UEM (CEA), Faculdades como a de Letras e Ciências Sociais, Economia, Agronomia e Silvicultura, o Arquivo de Património Cultural (ARPAC), algumas agências das Nações Unidas como o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para população (FNUAP), Organização Mundial da Saúde (OMS) e ainda Organizações Não Governamentais (ONG's) Nacionais e Internacionais vocacionadas para a promoção dos direitos da mulher como é o caso do Fórum Mulher, Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Woman Low in South Africa (WLSA), OXFAM, Action Aid entre outras⁶⁵.

Os debates em torno destas questões têm contribuído para abrir um espaço de investigação que toma os estudos sobre as "Relações de Género", como categoria de análise integral das sociedades moçambicanas em toda a sua especificidade. A partir dos estudos realizados por novas gerações de estudantes, em diferentes áreas de

⁶⁴ Casimiro, Loforte e Pessoa. *Mulher em Moçambique*, pp. 104-106.

⁶⁵ Grupo de trabalho do MMCAS. "Relatório sobre a década de implementação da plataforma de acção de Beijing", (Maputo: Ministério da mulher e coordenação da acção social, MMCAS, Setembro 2004), pp. 1-36.

conhecimento, começam a interessar-se mais e a investigar sobre questões de género bem como sobre a “Violência Doméstica” no país.

Particular destaque é a abordagem do tema no contexto do quadro jurídico legal que tem como exemplo a obra da WLSA, intitulada *Poder e Violência: Homicídio e Femicídio em Moçambique* (2001), onde é retratada a violência no contexto doméstico, seus principais intervenientes e o contexto em que ela ocorre. WILSA mostra dados estatísticos de diferentes províncias mostrando os índices de criminalidade que ocorrem. Tomaremos como exemplo o caso do Tribunal da província de Maputo onde foram julgados de 1995 a 1999 43 casos de homicídio e 13 casos de femicídio⁶⁶. Os dados apresentados na obra remetem-nos para uma melhor compreensão da dimensão do fenómeno em Maputo.

Dada a pressão internacional exercida pelas mulheres do mundo inteiro o problema da “Violência Doméstica” passou a estar nas agendas das principais agências e organismos de reputação internacionais. Vem daí que, em 1996 na conferência de Beijing, as Mulheres conseguiram que a “Violência Doméstica”, passasse a constituir prioridade para todos os Governos do Mundo.

⁶⁶Osório et al. *Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, p. 71.

CAPÍTULO III – MULHER E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MAPUTO

3.1. A situação da mulher

As mulheres têm na sociedade um espaço económico e social muito reduzido, o seu trabalho é pouco valorizado, lutam ou defendem os seus direitos e obrigações com base no sistema tradicional, as práticas e culturas tradicionais influenciam muito na questão da “Violência Doméstica”, as mulheres moçambicanas no geral recebem uma educação baseada nos moldes tradicionais em que a mulher sempre esteve numa posição inferior a do homem, prevalecendo sempre o poder masculino⁶⁷. A maioria das mulheres moçambicanas, pelo tipo de educação que recebem, pouco ou nada sabem sobre a lei e seus direitos o que torna difícil para elas os exigirem, acabando por ficarem desfavorecidas em relação ao homem. O pouco que sabem acerca dos seus direitos e obrigações foi-lhes transmitido desde a infância através da educação tradicional⁶⁸.

O *lobolo*, é uma maneira de garantir protecção para a esposa pois, os familiares dos noivos têm tido grandes responsabilidades na construção da nova “Família”. O *lobolo* faz parte de uma transação que constitui a base de contrato matrimonial, a mão de obra da mulher no sistema patrilinear passa do pai para o marido, em troca dos bens que constituem o *lobolo*⁶⁹. De notar que a mulher quando casa deixa de ter acesso a propriedade que possuía na comunidade do seu pai, e recebe terra e outros recursos na comunidade do seu marido, perdendo cada vez mais os seus direitos. Desta forma, perpetua-se a sua subordinação ao homem, que tem no *lobolo* um dos principais veículos

⁶⁷ Loforte. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*, p.31.

⁶⁸ Osório et al. *Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, p.30.

⁶⁹ Wynter. “Propriedades, mulheres pescadoras e a luta pelos direitos da mulher em Moçambique”, p.10.

da “Violência Doméstica”⁷⁰. O facto de muitas vezes às raparigas, ser negado o direito a educação escolar e serem obrigadas a realizar trabalhos domésticos e casar cedo, em detrimento do direito ao acesso a escola, faz com que estas raparigas, futuras mulheres e donas de casa se mantenham subordinadas aos homens, perpetuando-se assim a discriminação da mulher. A falta de conhecimento e instrução escolar contribui sobremaneira para que as mulheres não conheçam os seus direitos. Segundo o relatório sobre o Desenvolvimento Humano (2001), o processo de educação da rapariga obedece a três critérios importantes: (i) O trabalho doméstico, (ii) O cuidado dos irmãos, (iii) Os ritos de iniciação⁷¹.

Desde cedo as raparigas aprendem como norma que a casa é o seu lugar e é no espaço doméstico que o cumprimento das regras que regem o seu papel será avaliado e sancionado, a prioridade do acesso dos rapazes à escola é definida em função dos papéis que lhes são consignados. É no lar, onde ao cuidar dos irmãos e ao ajudar nas tarefas domésticas rotineiras, a rapariga aprende que a maternidade é um fim em si e que o trabalho na *machamba* é parte da mesma identidade produtora de bens para sustentar a “Família” e geração de filhos para perpetuá-la⁷². Em Moçambique, vários problemas podem ser considerados factores de impedimento para que a mulher assuma realmente lugares de responsabilidade na sociedade. De um modo geral a mulher sempre esteve submissa perante o homem, a submissão a que ela está sujeita é transmitida de geração em geração através de mães para filhas, muitas vezes através dos ritos de iniciação onde

⁷⁰ PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*, P.61.

⁷¹ PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*, p. 43.

⁷² PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*, p.43.

se educa a menina para o casamento e outros comportamentos na sociedade em que vive⁷³.

Como vimos nos capítulos anteriores, a “Família” é o primeiro agente de socialização, é o meio pelo qual as pessoas durante o seu ciclo de vida exercem e cumprem as funções e papéis regulares de condutas e construtores de identidade. Depois da “Família” encontramos a escola como segundo agente de socialização responsável pela construção da identidade, em muitos casos pela legitimação dos elementos de socialização elaborados e transmitidos na “Família”⁷⁴. Sendo na escola, local onde a pessoa vai encontrar reflectidas as expectativas da sociedade, tanto em termos de saber como em termos ideológicos, e onde todos os cidadãos devem complementar a sua formação social depois da “Família”, do ponto de vista legal é direito de todos cidadãos, independentemente do sexo e do género, frequentar esta instituição. No entanto, em Moçambique a questão do acesso à educação, neste caso estamos a falar de educação escolar, que é orientada pelas “Famílias” com base no género, numa “Família” onde existe rapaz e menina com a mesma idade, a opção dos pais recai sobre o rapaz porque é dele que se espera que cumpra com as funções de chefe de família⁷⁵. Conceição Osório (1997), no estudo sobre “Violência contra a jovem e construção da identidade feminina”, afirma que a “Família” e a Escola são considerados, por excelência, os agentes de

⁷³ Ana Elisa de Santana Afonso. *Eu mulher em Moçambique*. (Moçambique: UNESCO e CNUM, 1994), pp. 12-18.

⁷⁴ Ximena Andrade, Ana Maria Loforte, Conceição Osório, Lúcia Ribeiro e Eulália Temba. *A mulher e a Lei na África austral investigação e educação: Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*, (Maputo: Women and Law in Southern Africa, 2001), pp. 28 – 45.

⁷⁵ Andrade et al, *A mulher e a lei na África austral investigação e educação: Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*, pp. 28 – 45.

10

socialização responsáveis pela construção e transmissão do sistema de valores e atitudes”⁷⁶.

Em Moçambique, o número de mulheres é superior ao dos homens, elas constituem mais de metade da população activa e a agricultura familiar ocupa cerca de 97% dos 98% de mulheres que se dedicam a agricultura como forma de rendimento, desempenhando um papel importante na produção económica do país⁷⁷. Apesar de nas zonas urbanas encontrarem-se mais mulheres a dedicarem-se ao trabalho doméstico e aos estudos, somente 32% são consideradas economicamente activas, comparando aos 69% das mulheres nas zonas rurais. Outro factor que aumentou significativamente o número de mulheres é o sector do comércio informal, onde dados mostram que 3,8% da população economicamente activa está empregada neste sector⁷⁸.

3.2. Discriminação e Violência Doméstica Contra a Mulher

A violência contra a mulher acontece porque na nossa sociedade muita gente ainda pensa que a melhor forma de resolver um conflito é a violência e que os homens são mais fortes e superiores às mulheres, e assim muitas vezes os maridos, namorados, pais, irmãos, pessoas com quem a vítima mantém relações afectivas incluindo os filhos, sogros, primos e outros parentes que se acham no direito de impor suas vontades às mulheres, impõem o seu poder através de actos de violência. O que muitas vezes

⁷⁶ Osório. “Violência contra a jovem e construção da identidade feminina”, (Maputo: MULEIDE, Fevereiro de 1997), pp.10 – 23.

⁷⁷ Terezinha da Silva e Ximena Andrade. *Para além das desigualdades: A Mulher em Moçambique*, (Maputo e Harare: CEA/F M/SARDC, 2000), p. 22.

⁷⁸ Terezinha da Silva e Ximena Andrade. *Para além das desigualdades: A Mulher em Moçambique*, pp.22 - 26.

acontece é o facto de a violência sexual no casal não ser considerada, este facto muitas vezes é fruto do processo de socialização e determinantes culturais. Impedir a mulher de trabalhar fora de casa, negar-lhe a possibilidade de sair só ou de ter amigas, impedi-la de escolher o tipo de roupa que deseja usar, impedir a sua participação em actividades sociais, agressão física, desqualificação, humilhações privadas ou em público e relações sexuais forçadas dentro ou fora do casamento, são as formas mais correntes de "Violência Doméstica" que ocorrem no mundo no geral, e em Moçambique em particular⁷⁹.

Um dos graves problemas que surge nas "Famílias" e que demonstra claramente a violência que é perpetrada contra as mulheres, é em casos de viuvez, em que muitas vezes os familiares dos maridos falecidos, logo após a morte destes, acusam a viúva de feitiçaria e é expulsa de casa e despojada dos seus bens que comprou com o marido. Estas mulheres muitas vezes possuem um elevado número de crianças por sustentar⁸⁰. A violência contra a mulher agride e prejudica o gozo das mulheres os seus direitos humanos e a liberdade fundamental, ameaça a paz e a estabilidade social. Ela traz consequências nefastas para sua vida e um todo, criando instabilidade emocional e afectiva, tentativas de suicídio, isolamento social, abandono do emprego, dos estudos, divórcio, separação, perda de confiança nas pessoas, descrédito numa nova vida, trauma, sofrimento, insegurança pessoal e medo⁸¹. Estes aspectos, limitam o acesso da mulher aos recursos assim como a actividades básicas.

⁷⁹ "Relatórios de actividades do Grupo TCV", (Maputo: TCV, 1999), pp. 1 – 19.

⁸⁰ Liga dos Direitos Humanos, Maio de 98: p 13.

⁸¹ "Relatórios de actividades do Grupo TCV", pp. 1 – 19.

O baixo estatuto social e económico das mulheres constitui uma consequência da violência e discriminação contra a mulher, pois a mulher por medo de sofrer actos de violência fica limitada, o que faz com que o seu acesso aos recursos e a habilidade de exercer actividades básicas também fique limitada⁸². Por outro lado a mulher está profundamente enraizada nos hábitos, costumes e comportamentos socioculturais de tal forma que as próprias mulheres encontram dificuldades de romper com a situação de violência de que são vítimas e entre outros aspectos, por acreditarem que seus companheiros têm direito de castigá-las se acharem que fizeram algo de errado.

De um modo geral, a violência tem efeitos indirectos a longo prazo na sociedade pois representa um escoamento da força de trabalho produtiva e gera um clima de medo e insegurança pois a situação de violência vai se perpetuando através das gerações. Muitas vezes, são as crianças que, em algum momento da sua vida estiveram expostas a um ambiente de violência, que crescem e aceitam a violência e discriminação contra as raparigas e mulheres como um acto natural e no futuro continuam a discriminar e inferiorizar a mulher⁸³.

3.3 O surgimento de organizações femininas como resposta à desigualdade de género

O surgimento de organizações de mulheres na África sub-sahariana está ligada às mudanças sociais que ocorreram com o desenvolvimento de políticas neoliberais do

⁸² Edna, Van Den Bergh Collier. *Em direcção à igualdade de género: um perfil de relações de género*, (Suécia: ASDI, 2001), pp. 31 - 33.

⁸³ Collier, *Em direcção à desigualdade de género*, pp. 31 - 33.

Ocidente, desviando a actividade do Estado para um determinado modelo de organização e de distribuição da riqueza, sendo esse modelo as ONG's com o objectivo de promover a boa governação e justiça social⁸⁴. O surgimento das ONG's a nível da região Austral de África contribuiu sobre medida no desenvolvimento da sociedade civil.

Estas ONG's passaram a ter um papel crucial em diversos projectos de desenvolvimento, em diferentes áreas como, por exemplo, em iniciativas educacionais e de saúde comunitária, em programas de geração de rendimentos, em esquemas de crédito e em projectos de ajuda mútua⁸⁵.

A partir da década 1980, as ONG's internacionais foram pressionadas a trabalhar através de organizações locais, promovendo a criação de ONG's nacionais ou apoiando iniciativas já existentes. Nos finais da década de 1980 e início da década de 90 em Moçambique verifica-se o surgimento de associações voluntárias não governamentais, incentivadas pela aprovação da segunda Constituição em Novembro de 1990, que consagra o direito à associação no seu Art. 76, e da aprovação da lei 8/91 sobre o associativismo, motivado pelas mudanças sociais que iam ocorrendo no país ao longo do tempo⁸⁶. Estas organizações são criadas em torno de áreas ligadas à mulher, como resultado da divisão social do trabalho, da construção da identidade feminina, das "Relações Sociais" e de "Poder" existentes. É neste contexto que surgem as primeiras organizações de mulheres em Moçambique ligadas à área doméstica ou familiar. Estas associações não tinham fins lucrativos, abrangendo áreas diversas⁸⁷. Das associações de mulheres surgidas nessa época, Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), em 1989, Associação Moçambicana da Mulher Empresária e

⁸⁴ Isabel Maria Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa: Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*, (Maputo: Promedia, 2004), pp. 151-193.

⁸⁵ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 151-193.

⁸⁶ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 151-193.

⁸⁷ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 151-193.

Executiva (ACTIVA), em 1990, Associação Moçambicana da Mulher Rural (AMRU), em 1991, Associação das Donas de Casa (ADOCA), em 1992, destaca-se a MULEIDE criada em 1991⁸⁸. A MULEIDE, aquando da sua criação, tinha como objectivos fundamentais elevar o estatuto da mulher, contribuindo para o seu bem estar e para eliminar o grande desequilíbrio existente em relação às oportunidades de acesso e controle de recursos e “Poder”⁸⁹. Posteriormente à criação destas organizações várias outras foram surgindo, com objectivo de lutar pelos Direitos Humanos das mulheres. Para o presente trabalho importa referir as que se juntaram e formaram o TCV.

Apesar do movimento de organizações de mulheres ter tido maior ênfase a partir da década de 80, a OMM, criada como organização de massas no período de Luta Armada de Libertação Nacional, como movimento feminista, constituiu um dos maiores pilares para a discussão dos problemas de mulheres, despertou a nível da sociedade a importância e o papel que a mulher desempenha na grande “Família” Moçambicana⁹⁰.

3.4. Importância do Fórum Mulher como espaço de reflexão sobre os problemas da mulher

O Fórum Mulher é uma rede de organizações e instituições nacionais e estrangeiras, organizações do Governo, sindicatos, ligas femininas dos partidos políticos, Agências de cooperação e outras entidades, e grupos de pessoas que trabalham em prol da equidade de género. Esta organização foi criada em 1994 e tem demonstrado empenho

⁸⁸ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 151-193.

⁸⁹ Isabel Maria Casimiro. *Feminismo e Organizações de mulheres em Moçambique*, (Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Sociologia na Universidade de Coimbra, 1990), pp. 222 – 228.

⁹⁰ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 151-193.

em diversas acções de defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres, assentando o seu trabalho principalmente em três acções estratégicas fundamentais que são: (i) Advocacia e *lobby*; (ii) Informação e (iii); Reforço institucional da rede e dos seus membros⁹¹. Como foi descrito nos capítulos anteriores, a mulher enfrenta situações originadas pelo modelo cultural vigente, o “Patriarcado”, que atribui apenas às mulheres deveres relacionados com a reprodução da força de trabalho. Como consequência recai sobre ela a carga excessiva na sua actividade diária. O Fórum Mulher surge da necessidade da mulher moçambicana precisar de coordenar as suas actividades e também dos doadores terem um meio de canalizar os seus fundos para as instituições femininas⁹². O Fórum, através das suas acções, tem contribuído para uma visão holística da sociedade e para a construção duma solidariedade activa dos seres humanos, ou seja, para uma sociedade de cidadania plena, não apenas para homens, mas também para as mulheres⁹³. Deste modo, o Fórum funciona como uma rede que procura encontrar equivalência entre várias lutas democráticas, não apenas em Moçambique, mas também noutras regiões do mundo, de maneira a articular formas de luta pelos direitos humanos colectivos e de grupos⁹⁴.

⁹¹ *Anteprojecto de Lei sobre os actos de Violência Doméstica*, (Maputo: Fórum Mulher e WLSA Moçambique, 2004), pp. 1 - 24.

⁹² Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 212 - 217.

⁹³ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 212 - 217.

⁹⁴ Casimiro. *Paz na terra, guerra em casa*, pp. 212 - 217.

CAPÍTULO IV - O GRUPO TODOS CONTRA A VIOLÊNCIA

4.1. Contextualização

O período de 1975 a 1985, foi declarado década das Nações Unidas (NU) para a mulher, factor que contribuiu para chamar a atenção do mundo para aspectos relacionados com a mulher. Este período marcou a visibilidade dos direitos da mulher⁹⁵. Durante o período em referência realizaram-se várias conferências inter. Governamentais sobre a mulher, tendo a primeira sido no México em 1975 e a última em Nairobi em 1985⁹⁶. Como resultado destes encontros em que Moçambique fez parte, o Governo moçambicano definiu como uma das áreas críticas de desenvolvimento a persistente e crescente carga de pobreza sobre as mulheres, a vulnerabilidade da grande maioria de população moçambicana e particularmente da mulher e a mal nutrição, tendo nestes termos, estipulado como grande meta "O alívio a pobreza"⁹⁷.

A IV Conferência Mundial da mulher realizada em Beijing na China, marcou o culminar de muitas outras conferências e cimeiras antecederam-na, todas elas organizadas pelas NU em defesa da igualdade entre homem e mulher⁹⁸. O principal objectivo desta conferência foi alertar e apelar ao mundo para uma acção séria sobre este mal. Como resultado das decisões saídas desta conferência, cimeiras, e principalmente pela Convenção das Nações Unidas Sobre a Eliminação de Todas as Formas de

⁹⁵ PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento human*, p. 33-68.

⁹⁶ "Conferências Dakar Nairobi e outras", (Fórum Mulher, Pasta 3.13), pp. 22 - 54.

⁹⁷ "Conferências Dakar Nairobi e outras", pp. 22 - 54.

⁹⁸ "Conferências Dakar Nairobi e outras", pp. 22 - 54.

Discriminação Contra a Mulher, surgiram algumas medidas com carácter urgente⁹⁹: (1) Promover a acção dos Governos sobre a violência e o abuso sexual na perspectiva dos Direitos Humanos da mulher e como questão de justiça social; (2) Levar a cabo reformas pertinentes no código penal, com o fim de que as penas tenham relação com a entidade e gravidade dos delitos de agressão contra a mulher; (3) Introduzir a formação de juizes, polícias, advogados, e agentes sociais, na matéria da violência que as mulheres suportam no ambiente familiar, social e laboral; (4) Arbitrar os recursos necessários com dotação institucional para a criação de casas de acolhimento de urgência e centros de recuperação integral para mulheres maltratadas, geridas por organizações de mulheres experientes na matéria de violência; (5) Proporcionar programas de assistência jurídica e psicológica para mulheres e crianças vítimas de violência; (6) Criação de uma comissão fiscal específica ligada a violência, de que são objecto as mulheres e os menores no âmbito familiar e doméstico¹⁰⁰.

Para a consecução destas medidas urgentes e com o objectivo de maximizar a capacidade de intervenção das ONG's e diferentes instituições interessadas nos problemas das mulheres, em Setembro de 1996 iniciou um programa intitulado "Todos Contra a Violência - TCV". Este programa iniciou com o apoio da Agência Suíça para o Desenvolvimento (SDC)¹⁰¹. O grupo TCV foi constituído pelas seguintes instituições: Coordenação para a mulher no Desenvolvimento (Fórum Mulher); Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ); Associação Moçambicana

⁹⁹ Principais Resultados das Conferências Internacionais da ONU. In <http://www.redeh.org.br/a-resultconferencia.htm>, 17 de Janeiro de 2005, pp. 1 - 4.

¹⁰⁰ Principais Resultados das Conferências Internacionais da ONU, pp.1 - 4.

¹⁰¹ Da Silva e Andrade. *Para além das desigualdades*, pp. 68 - 72.

Mulher e Educação (AMME); Centro de Atendimento do Hospital Central de Maputo (KULAYA); Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA); Organização da Mulher Moçambicana (OMM); Ministério da Coordenação e Acção Social (MICAS); Associação Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE). O principal objectivo deste grupo ao se constituir foi o de elevar o estatuto da Mulher, contribuindo para o seu bem estar e para eliminar o grande desequilíbrio existente em relação às oportunidades, acesso, controle de recursos e poder para além de contribuir para o esclarecimento e debate sobre a situação legal da mulher na sociedade Moçambicana¹⁰².

4.2. Actividades Desenvolvidas

Os relatórios das actividades desenvolvidas pelo grupo dão-nos a dimensão do trabalho realizado pelo TCV. O grupo era muito disciplinar composto por oito organizações e instituições, onde cada uma das organizações membro desenvolvia as suas acções em áreas específicas de trabalho. Todas as organizações e instituições membro tinham a responsabilidade de coordenar actividades de acordo com as suas áreas de acção, existindo uma interligação entre as instituições membro, em termos de actividades¹⁰³. O Fórum Mulher era a organização coordenadora de todas as actividades, respondia pela área de informação e divulgação de informação. A MULEIDE e a AMMCJ, respondiam pela área de alteração da legislação em vigor, aconselhamento e assistência Jurídica, tendo nestes termos participado activamente na divulgação dos direitos da mulher, na elaboração do Anteprojecto de Lei da Família e Lei Contra actos

¹⁰² PNUD, *Mulher, género e desenvolvimento humano*. p. 33-68.

¹⁰³ "Relatórios de actividades do grupo TCV", 1999, pp. 1 - 19.

de Violência Doméstica¹⁰⁴. A MULEIDE abriu um gabinete de assistência jurídica e aconselhamento psicológico, desenvolvendo as suas actividades a partir da base com o apoio de conselheiras ao nível da comunidade e juristas a trabalharem no acompanhamento dos casos até aos tribunais¹⁰⁵. A actividade de assistência Jurídica era também, desenvolvida pela AMMCJ.

O KULAYA, respondia pelos serviços de aconselhamento e atendimento psicológico, tendo aberto um centro de acolhimento no HCM. O MICAS e OMM, respondiam pela criação de casas de refúgio para mulheres vítimas de violência. A AMME, tinha como actividade velar pelo trabalho desenvolvido com a rapariga, professoras, fazendo a divulgação dos direitos da rapariga e mulher nas escolas e comunidade. Ao CEA coube a responsabilidade de coordenar a parte da pesquisa como foi mencionado nos capítulos anteriores, tendo realizado vários estudos relacionados com os direitos e situação da mulher em Moçambique. A OMM trabalhava com um vasto leque de activistas em todos os bairros e com base nessas actividades era feita a divulgação dos direitos da mulher para além de fazerem a resolução de conflitos extrajudiciais através do gabinetes de aconselhamento nos bairros, e algumas activistas eram juízas eleitas nos tribunais comunitárias¹⁰⁶.

O MMCAS, como instituição do Governo era o principal elo de ligação entre o grupo e as diferentes instituições do Governo, fazendo parte da coordenação com o

¹⁰⁴ WLSA Moçambique. "Outras Vozes", n.º 9, (Maputo: WLSA, 2004), p. 1.

¹⁰⁵ "Relatório de actividades da Muleide", (Maputo: MULEIDE, 2000), p. 2 - 10.

¹⁰⁶ "Relatórios de actividades do grupo TCV", (Maputo: TCV, 1999), pp. 1 - 19.

Fórum Mulher¹⁰⁷. De um modo geral, o grupo realizou actividades de educação cívica em diferentes pontos do país. Estas actividades eram desenvolvidas basicamente por activistas nos diferentes bairros e por meio de campanhas através dos órgãos de comunicação social, com o objectivo de sensibilizar homens e mulheres de forma a contribuírem para a eliminar de uma forma gradual o índice de “Violência Doméstica” contra a mulher em Moçambique.

O quadro que a seguir se apresenta mostra o número de casos atendidos que tiveram acompanhamento judicial e extra judicial, ao longo dos 5 anos de actividade do grupo.

CASOS ATENDIDOS AO LONGO DE CINCO ANOS

ONG/INST	1966	1997	1998	1999	2000	2001 Até 3º trimestre	Total
Kulaya CERP	123	206	129	395	188	296	1310
Kulaya	254	337	162	454	90		1297
OMM		135	505	547	732	398	2317
AMME		206	106	328	117	99	856
MULEIDE		303	208	458	447	451	1867
AMMCJ	95	95	79	214	305	182	970
TOTAL	472	1282	1189	2396	1879	1426	8644

Fonte: Dados tirados dos relatório de actividades do grupo TCV

4.3. Formas de mediação de conflitos

Os conflitos gerados nas famílias são mediados de diferentes maneiras, em casos de violência, as mulheres comunicam às famílias, aos amigos mais íntimos, os curandeiros e às confissões religiosas e, só em casos graves, elas recorrem à polícia e ao

¹⁰⁷ Silva e Andrade. *Para além das desigualdades*, p.71.



Tribunal. Segundo Mejia et al (2004), na obra *Não sofrer caladas! Violência contra mulheres e Crianças: denuncia e gestão de conflitos*, a gestão dos conflitos tem que ser vista em primeiro lugar na relação com a representação social do conflito, o que significa que as transformações dos elementos de cooperação que estruturam o grupo social e as “Relações Sociais” com o conflito não são uniformes e nem lineares. Para estas autoras, com a destruição dos mecanismos que orientam as famílias e com a interferência de elementos de modernidade, os conflitos ocultos e inerentes à ordem comunitária se transformam em públicos¹⁰⁸. Este aspecto vem piorar mais a situação da mulher, ficando ela privada de meios legais para exigir os seus direitos no casamento, daí a necessidade de elaboração de uma Lei da “Família” que se adequa à situação actual de Moçambique.

As principais formas de mediação dos conflitos gerados ao nível doméstico, numa primeira fase, têm sido através dos conselhos de família, chefias tradicionais e órgãos de poder político e administrativo locais, dependendo da gravidade do problema estes podem chegar as diversas instancias legalmente vocacionadas para o efeito, como o caso dos tribunais do bairro, o recurso às organizações que desenvolvem actividades nesta área e que possuem conselheiras a prestar apoio nas comunidades que por sua vez, como disse, encaminham os casos aos gabinetes de aconselhamento referidos nos capítulos anteriores¹⁰⁹. Segundo a WILSA (2001), a Polícia tem sido também um meio muito importante na mediação e/ou resolução de conflitos, “quando se trata de homicídio ou do femicídio, embora a denúncia possa partir de elementos variados, tais como família,

¹⁰⁸ Margarita Mejia, Conceição Osório, Maria José Arthur. *Não Sofrer Caladas! Violência contra Mulheres e Crianças: denuncia e gestão de conflitos*, (Maputo: WLSA Moçambique, 2004), p.135.

¹⁰⁹ Osório et al. *Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, pp. 97 – 98.

secretários de aldeias e vizinhos, todos os crimes são reportados a polícia”¹¹⁰. Um trabalho exaustivo foi desenvolvido com a polícia no sentido de apoiar na mediação de conflitos domésticos, pois até poucos anos atrás, estes casos eram considerados sociais e a polícia achava que não devia interferir¹¹¹.

4.4. Impacto do surgimento do TCV

A sociedade a partir das actividades desenvolvidas pelo TCV alcançou um ganho significativo pelo facto de ter conseguido trazer ao debate público a temática sobre a Violência Doméstica contra a mulher. Através das actividades de advocacia e *lobby*, a sociedade Moçambicana conseguiu que fossem feitas algumas alterações na “Lei da Família”, que já vinha desde o tempo colonial e estava desajustada à realidade moçambicana e também na preparação da Lei para que a “Violência Doméstica” fosse considerada crime público e punível na lei. As campanhas de educação cívica contribuíram muito para a mudança de comportamento de algumas pessoas e as vítimas de violência começaram a perceber que a questão da violência contra a mulher não era um assunto isolado. As vítimas de violência começaram a ter um local onde poderiam ir expressar livremente os seus problemas e receber apoio jurídico e psicológico. Outro ganho significativo foi o facto de as autoridades policiais começarem a olhar para os problemas sociais de uma maneira diferente. Actualmente já se pode contar com

¹¹⁰ Osório et al. *Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, pp. 29 – 37.

¹¹¹ Cídia Monteiro. “Relatório sobre as actividades desenvolvidas no âmbito da violência contra a mulher”, (Maputo: Perfil da Mulher/SARDC, 19979), pp 1-8.

gabinetes de atendimento a mulher nas esquadras, e o programa de formação dos policiais já tem a componente sobre a “Violência Doméstica”.

CONCLUSÕES

Com base nas leituras feitas concluímos que, a mulher desde a sua nascença é discriminada e que ela se encontra numa situação de subordinação em relação ao homem. A mulher é vítima de “Violência Doméstica”, e como resultado da educação que recebe e do baixo nível de escolaridade não possui bases suficientes para lutar contra este mal.

Em muitas famílias o nascimento de uma criança do sexo feminino não tem o mesmo impacto que o nascimento de uma criança do sexo masculino, pois espera-se que o membro masculino vá perpetuar o nome da “Família”. A maneira como o processo de socialização do membro feminino e masculino da “Família” é feito, constitui a base fundamental para a discriminação da mulher, os valores morais e culturais são transmitidos de modo a colocar a mulher sempre numa posição inferior em relação ao homem. Podemos assim afirmar que o poder patriarcal e o processo de socialização a partir da “Família”, constituem a base fundamental para a dominação e “Violência Doméstica” contra a mulher.

As “Relações de Género”, “As relações Sociais”, e de “Poder”, é que determinam a posição da mulher numa sociedade e constituem barreira para o seu desenvolvimento. A “Família” constitui o epicentro dos problemas que envolvem a mulher. É na “Família” onde ela nasce, cresce, são lhe transmitidos valores culturais da comunidade a que ela está inserida, e é na “Família” onde ela dá o seu maior contributo, mas por outro lado, é na “Família” onde se regista a priori a discriminação e violência contra a mulher.

O tipo de educação a que as mulheres são sujeitas, faz com que elas considerem o espaço doméstico como seu lugar ideal, o que cria condições para que ela dificilmente ultrapasse os problemas que a afectam. O fenómeno da “Violência Doméstica” tem mostrado ser bastante polémico na sua abordagem, dado o facto de observar-se no âmbito privado e ter o suporte no modelo patriarcal que continua a dominar todas as sociedades do mundo.

O Fórum Mulher é o ponto de encontro das organizações e instituições que lutam pela promoção dos direitos da mulher, neste local a mulher encontrou o espaço ideal para discutir e expressar livremente os problemas que a afectam. A partir do Fórum Mulher, de entre muitos problemas que afectam a mulher, a questão da “Violência Doméstica” contra a mulher foi identificada como um dos maiores problemas que afectam a mulher moçambicana, e foi sob a coordenação do Fórum Mulher que o movimento de luta contra a “Violência Doméstica” se inicia, motivado pelas decisões que saíram da Conferência de Beijing.

O surgimento do grupo TCV, veio criar uma nova dinâmica no apoio e desenvolvimento da família moçambicana. As pessoas começaram a perceber que a questão da violência não é um assunto particular e nem isolado, mas sim algo que afecta todos membros da sociedade sem distinção de raça, religião e nível social. Podemos ainda afirmar que o grupo TCV, através das suas actividades de *lobby* e advocacia, criou condições para que o Ministério do Interior começasse a tratar e encarar a “Violência Doméstica” de forma diferente. Actualmente no currículo de formação da polícia, existe

um módulo específico que aborda assuntos ligados a violência e todas esquadras do país já contam com um gabinete específico de atendimento as vítimas de violência.

Outro factor de extrema importância, é a participação do grupo TCV na elaboração do Anteprojecto de Lei de Família, que culminou com a alteração da Lei, adequando-a a realidade moçambicana. Destaque ainda para a participação do grupo TCV na elaboração do Anteprojecto de Lei sobre os actos de “Violência Doméstica”, para que estes actos sejam considerados crimes públicos e puníveis nos termos da Lei.

O papel desempenhado pelos média na divulgação dos direitos e Leis que protegem a mulher e também na denúncia de casos de “Violência Doméstica” contra a mulher, foi muito importante porque através dos órgãos de informação, a campanha de luta contra a violência e discriminação da mulher tomou forma e foi amplamente divulgada.

Anteriormente os conflitos gerados a nível doméstico eram resolvidos nos conselhos de “Família”, actualmente as pessoas estão sensibilizadas e informadas, por essa razão muitas delas já recorrem aos gabinetes de aconselhamento psicológico e assistência jurídica as vitimas de “Violência Doméstica”, a funcionar em algumas ONGs e instituições do Governo em Maputo. Outro factor importante, é que actualmente já temos registos de casos de violência, o que nos dá informação parcial dos índices de “Violência Doméstica” atendidos nos locais referidos na frase anterior.

Como resultado das campanhas de educação cívica que as organizações membros do TCV desenvolvem, regista-se uma mudança gradual de comportamento e maior denuncia dos actos de “Violência Doméstica”, por parte da sociedade civil.

Enquanto as sociedades forem dominadas pelo poder patriarcal, a erradicação da “Violência Doméstica” chama por todos os actores sociais. Contudo, é importante referir que a sociedade no geral alcançou um ganho significativo pelo facto de ter conseguido trazer ao debate público esta temática. Apesar deste avanço mulheres de todo o mundo em parceria com os homens são chamadas a reforçar a sua intervenção com vista a mudar este quadro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Abreu, Alcinda. "A família a mulher e os direitos em Moçambique", In *Eu mulher em Moçambique*, (Maputo: UNESCO, CNUM, AEMO, Junho de 1994).

Abdala, Amina. "Investigação dos problemas que afectam a mulher viúva", (Maputo: AMMCJ, 1998).

Andrade, Ximena, Conceição Osório, José Trindade. *Direitos Humanos das Mulheres em quatro tópicos: Revisão da Literatura*, (Maputo: WLSAMAZ-DEMEG-CEA, UEM, 2000).

Andrade, Ximena e Da Silva, Terezinha. *Para além das desigualdades: A mulher em Moçambique*, (Maputo e Harare: Centro de Estudos Africanos, Fórum Mulher, SARDC, 2000).

Andrade, Ximena e Espling, Margareta. "Género e Direito Humanos: Seminário Mulher e Democracia", (Caderno mulher, 1992).

Andrade, Ximena et al. *Famílias em contextos de mudanças em Moçambique*, (Maputo: Central Impressora e Editora de Maputo, Junho, 2001)

Afonso, Ana Elisa de Santana. *Eu mulher em Moçambique*, (Moçambique: UNESCO, CNUM, 1994).

Arthur, Maria. *A composição da mulher e a contribuição feminina para a subsistência dos agregados familiares*, (Maputo: ARPAC. Maputo, 1992).

Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica AMMCJ. *Principais Instrumentos Internacionais de Defesa dos Direitos da Mulher e da Criança*, (Maputo: GRAMOL, Fevereiro de 2001).

Bock, Gisela. "Women's history and gender history: Aspects of an international debate", (Gender & History vol. I, n.º 1, 1989).

Bozzoli, Belinda. *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy, and Migrancy in South Africa, 1900-1983*, (London: Heineman, 1991).

Casimiro, Isabel Maria. "Paz na terra, guerra em casa" *Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*, (Maputo: Promédia, 2004).

Casimiro, Isabel, et al. *Mulher em Moçambique*, (Maputo: CEA/NORAD, 1990).

Cemin, Arneide, et al. "Imaginário de Género e Violência em Porto Velho". In <http://www.unir.br/~primeira/artigo128.html>, 29.03.2005.

Chodorow, Nancy J. "Gender as a Personal and Cultural Construction.", (Journal of Women in Culture and Society Vol.20, nº 3 1995).

Citeli, M. T. "Fazendo diferenças: Teorias sobre género, corpo e comportamento", (Florianópolis: Revista Estudos feministas, 2001).

Collier, Edna Van. Den Bergh. "Em direcção à desigualdade de género: um perfil de relações de género", (Maputo: ASDI, 2001).

Creighton, Colin e Omari, C. K. *Gender, Family and work in Tanzania*, (England: Ashgate, 2000).

"Dicionário de Ciência Sociais", (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986).

Duby, George e Michel Perrot. *As mulheres e a história*. (Lisboa: Dom Quixote, 1995).

Dominguêz, Marta Isabel. "Género e violência Doméstica- Análise comparativa numa zona rural do sul de Moçambique", (Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1996).

Fórum Mulher. "Conferências Dakar Nairobi e outras", Pasta 3.13, sd.

Fórum Mulher e WLSA Moçambique. *Ante-Projecto de lei sobre os actos de Violência Doméstica*, (Maputo: CIEDIMA, 2004).

Hunguana, Cristina. *O tratamento jurídico da violência doméstica*, (Maputo: AMMCJ, 2000).

Isaacman, Barbara e Stefan, June. *A mulher Moçambicana no processo de libertação*, (Maputo: INLD, 1984).

Lengerman, Patrícia Madoa e Brantley, Niebrugge, Jill. "Contemporary Femenist Theory", (Contemporary Sociological Theory, 1992).

Loforte, Ana, M. *Género e poder entre os Tonga de Moçambique*, (Maputo: Preomédia, 2000).

Loforte, Ana. "O significado da viuvez para a mulher", In Outras Vozes, nº 9, (Maputo: WILSA, 2004).

Limberman, Glória. *Mulheres camponesas em Moçambique*, (Moçambique: DNDR, UNICEF, 1988).

Macedo, Márcia. "Relações de género no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres", (Debates e questões para as ONG's, 17 de Março de 2005)

Machado, Lia Zanotta. "Perspectivas em confronto: Relações de género ou patriarcado contemporâneo?", (Brasília : Série Antropológica, 2000).

Medeiros, Eduardo. *O sistema linhageiro Macua Lomwé*, (Maputo: Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de letras, 1985).

Mejia, Margarita. Conceição Osório, Maria José. *Não sofrer caladas! Violência contra mulheres e crianças: denuncia e gestão de conflitos*, (Maputo: WLSA Moçambique, 2004).

Meneghel, Stela Nazareth, et al. " Impacto de grupos de mulheres em situação de vuerabilidade de Género", In Cadernos de Saúde pública, Vol. 19, n.º 4, (Rio de Janeiro: SCIELO, 2003).

Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS). "Relatório sobre a década de implementação da plataforma de acção de Beijing", (Maputo: Setembro de 2004).

Offen, Karen. "Defining Feminism: A Comparative Historical Approach", (Journal of Women in Culture and Society Vol. 14, nº 1, 1988).

Organização Mundial de La Salud. "Dando prioridad a las mujeres: recomendaciones éticas y de seguridad para la investigacion sobre la violencia doméstica contra las mujeres", (Genebra, Suíça: OMS, 1999).

Osório, Conceição. *Violência contra a jovem e construção da identidade feminina*, (Maputo: Relatório de investigação, Fevereiro de 1997).

Osório, Conceição at al. *Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique*, (Maputo: Women and Low in Southern África - Moçambique, 2001).

Pereira, Diana. "Relatório de avaliação do programa Todos Contra a Violência", (Maputo: TCV, 1998).

PNUD. *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro – Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano*, (Johannesburg: PNUD,SARDC, 2001).

Principais Resultados das Conferências Internacionais da ONU. In <http://www.redeh.org.br/a-resultconferencia.htm>, 17 de Janeiro de 2005.

“Relatórios anuais de actividades”, (Maputo: T C V, 1996 , 2001).

Associação dos Direitos Humanos e Desenvolvimento, DHD. *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos em Moçambique*, (Maputo: DHD, 1999).

Saffioti, Heleith. *Do artesanal ao industrial: A exploração da mulher*, (São Paulo: Hucitec, 1981).

Smith, Dorothy E. “The Conceptual Practices of Power: A Feminist Sociology of Knowledge”, (Boston: Northeastern University Press, 1990).

Scott, Joan. “Género: Uma categoria útil para a análise histórica”, Traduzido por C.R.Dabat e M. A. Avila. Do original: Scott J. Gender: A Useful Category of historical analyses, (New York: Columbia University Press, 1989).

Soledad, Weinstein. *La mujer Ausente: Derechos Humanos en el mund Internacional*, (Santiago Chile: Ediciones de las mujeres nº 15, 1991).

Souza, Mariane L. e Martinez, Jacqueline M. “Antroposmoderno”, In Revista Tesseract, nº 4, (Brazil , Maio de 2001).

Temba, Eulália. “Políticas e estratégias para a igualdade de género: constrangimentos e ambiguidades”, In Outras Vozes, n.º 8, (Maputo: WILSA, 2004).

Wynter, Pauline. “Propriedades mulheres pescadoras e a luta pelos direitos da mulher em Moçambique”, In Estudos Moçambicanos n.º 10, (Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1992).

World Health Organization: Violence, NET,
http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/en/, 21.03.2005.

Zimba, Benigna. *Mulheres Invisíveis: O Género e as Políticas Comerciais no Sul de Moçambique, 1720 – 1830*, (Maputo: Promédia, 2003).

Zimba, Benigna. “ Família, Identidade Feminina e Construção da Paz em Moçambique, 1992 – 2002”, In Mazula, Barzão. Moçambique ao Anos de Paz,

(Maputo: Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento CEDE, 2002), pp. 35
– 53.

Zimba, Benigna. "Overseas Trade, Regional Politics, and Gender Roles: Southern
Mozambique, CA. 1720 to CA. 1830", (Michigan: PHD Dissertation, 1999).